



Aprovada candidatura da **ECAM, SA** ao **Rumos** - Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM



A **ECAM, SA** viu aprovada a candidatura submetida ao **Programa Rumos**, Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, com vista à implementação de um plano de formação, em áreas relacionadas com a Cultura Organizacional, nomeadamente no atendimento de excelência aos seus clientes, liderança em trabalho de grupo, gestão de tempo e produtividade, inteligência emocional e relações interpessoais. Com efeito, o plano de formação proposto, foi definido com recurso a um criterioso diagnóstico aos factores críticos de sucesso da organização, de forma a

preparar o seu capital humano para os desafios que se vivem, e se avizinham, e onde a diferenciação face ao mercado faz-se também nestas áreas que agora serão alvo de aprendizagem.

O montante total da candidatura foi de cerca de **oitenta de três mil euros**, financiados a **63,37%** por participação pública e que contemplará 390 horas ministradas por um quadro internacional de formadores, aliando as últimas tendências mundiais nestes domínios à realidade sócio económica de contexto regional, onde a **ECAM,SA** desenvolve a sua actividade.

Editorial:

Eduardo Jesus

A instabilidade e a desconfiança fazem a dupla do momento.

Os mercados financeiros internacionais começaram por revelar as consequências que decorrem de uma prática continuada cujas repercussões ninguém, de bom juízo, pode ainda estimar.

O Capitalismo financeiro é criticado, a economia de mercado é apontada, tudo

serve para ser colocado em causa. Mas o que é que existe de comum entre esta crise e outras tantas pelas quais passou a humanidade? Apenas o homem!

Não será esta uma verdadeira crise de valores? Não estaremos a viver um momento que nos conduz à verdade? As falências, os escândalos e tantas outras ocorrências inesperadas constituem oportunidades de

“limpeza” e de purificação do sistema? Talvez sim, talvez não. Ninguém ainda sabe mas todos nós temos a consciência que o mundo está a mudar, a uma grande velocidade e que todos são chamados a participar nessa alteração. O jogo está do nosso lado e o resultado de nós dependerá.

Bom ano 2009!

ACTUALIDADE

SI-TURISMO



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Resumo das acções de formação frequentadas no ano de 2008



BREVES

Sessões de relaxamento em ambiente laboral

PERSPECTIVA ECONÓMICA

Neo-mercantilismo: a solução para a crise?



SI-TURISMO

O Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região SI-TURISMO tem por objectivo apoiar as empresas do sector do turismo que desenvolvam projectos de investimento integrados e inovadores, associados a produtos de turismo natureza, sol e mar, saúde e bem-estar, touring cultural e paisagístico, turismo náutico, turismo de negócios e golfe, que incidam, preferencialmente, em factores dinâmicos da competitividade e que potenciem a desconcentração, diversificação e requalificação da oferta bem como a valorização da natureza associada ao mar e à paisagem.

Beneficiários

• Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, com a excepção das sociedades civis.

Actividades abrangidas

• Alojamento, Restauração e Bebidas, Actividade de Renta-car, Agências de Viagens e Outros Serviços de Reservas e Actividades Relacionadas e Actividades declaradas de interesse para o turismo pela Direcção Regional de Turismo, nos termos da legislação aplicável (não dispensa a consulta da normativo).

• Não são susceptíveis de apoio no SI-TURISMO os projectos que tenham por objecto a construção ou instalação de empreendimentos a explorar, em parte ou na sua totalidade, em regime de habitação periódica, natureza real e obrigacional, bem como a remodelação ou ampliação de empreendimentos explorados, na sua totalidade, naquele regime.

Condições gerais de elegibilidade do promotor e do projecto

O promotor do projecto de investimento, à data da candidatura, deve preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente ter a situação regularizada em matéria de licenciamento, quando exigível;
- Possuir a situação regularizada perante o Estado, a Segurança Social e as entidades pagadoras do incentivo;
- Apresentar uma **autonomia financeira igual ou superior a 25%**.

Em relação ao projecto, dever-se-á cumprir as seguintes condições:

- Localizar-se na Região Autónoma da Madeira;

- Aprovação prévia dos projectos de arquitectura ou as memórias descritivas de investimento, quando exigíveis legalmente;

- Declaração de interesse para o turismo pela Direcção Regional de Turismo;

- Não incluir despesas anteriores à data da comunicação por escrito do resultado da pré-avaliação do projecto;

- Ter uma duração máxima de execução de 2 anos, a contar da data de início do investimento previsto, excepto em casos devidamente justificados;

- Ser adequadamente financiado por **capitais próprios, garantindo, pelo menos, 25%** do montante das despesas elegíveis;

- Comprometer-se a afectar o projecto à actividade turística e à localização geográfica do empreendimento, até ao termo final do prazo de reembolso dos incentivos reembolsáveis ou, não sendo reembolsável o incentivo, pelo **período mínimo de cinco anos**, contados a partir da data da conclusão do investimento;

- Corresponder a uma **despesa elegível mínima** de:

- 200.000 euros para as actividades de Alojamento e Restauração e Bebidas;

- 50.000 euros para as actividades de Renta-car, Agências de viagens, outros serviços de reservas e actividades relacionadas e actividades declaradas de Interesse para o turismo pela Direcção Regional de Turismo;

- 25.000 euros quando se tratar de projectos constituídos apenas por factores dinâmicos da competitividade.

Despesas elegíveis

Constituem despesas elegíveis as realizadas com o investimento corpóreo e incorpóreo, identificadas nas seguintes áreas de actuação:

- Grupo A - Investimentos essenciais à actividade (ex: obras, equipamentos, estudos)

- Grupo B - Investimentos em factores dinâmicos de competitividade:

Investimentos em Tecnologias de Informação e Comunicação; Investimentos em eficiência energética; Certificação dos sistemas de gestão da qualidade, ambiental, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar bem como certificação de sistemas integrados e certificação energética e da qualidade do ar interior nos edifícios; Investimentos em expansão empresarial para novos mercados visando a internacionalização.

Os projectos que tenham por objecto a remodelação ou ampliação de empreendimentos turísticos explorados, em parte, em regime de direito de habitação periódica, só são participáveis as despesas de investimento correspondentes às unidades de alojamento afectas à exploração turística e, sendo o caso, não exploradas segundo aquele regime, bem como, na proporção dessa afectação, as despesas de investimento relativas às partes comuns dos empreendimentos.

Natureza e intensidade do incentivo

O incentivo total a conceder assume a forma mista de incentivo não reembolsável e de incentivo reembolsável calculado da seguinte forma:

A taxa base do incentivo total a atribuir é de 35%, podendo ser acrescida de majorações pela localização e motivação do projecto.

Incentivo total = (Taxa base do incentivo total + Majorações) x Despesas elegíveis totais

Taxa incentivo não reembolsável = (Investimento elegível em factores dinâmicos de competitividade ÷ Despesas elegíveis totais) x (Taxa base do incentivo total + Majorações)

O incentivo reembolsável poderá assumir a forma de empréstimo bancário bonificado, quando este for atribuído por Instituições de Crédito protocoladas com o IDE-RAM.

Taxa do incentivo reembolsável = (Taxa base do incentivo total + Majorações) - Taxa do incentivo não reembolsável

O incentivo reembolsável será concedido sem juros, respeitando os seguintes prazos máximos: > 500.000 euros: 12 anos com 3 anos de carências; < 500.000 euros: 8 anos com 2 anos de carência;

O incentivo a conceder não pode ultrapassar os seguintes limites:

- 1.000.000 euros para as actividades de Alojamento;
- 400.000 euros para as actividades Restauração e Bebidas, Renta-car, Agências de Viagens e outros Serviços de Reservas e Actividades Relacionadas;
- 750.000 euros para actividades Animação Turística.

A ECAM,SA conta nas suas fileiras com profissionais com vasta experiência nesta matéria e encontra-se à vossa disposição para esclarecer qualquer dúvida que eleja sobre este programa de apoio, ou sobre qualquer iniciativa de investimento que possa ser enquadrada nos restantes programas de apoio.

Formação Profissional

No último trimestre de 2008, foi dada continuidade ao planeamento das acções de formação conforme previsto. Destas, destaca-se a sessão de formação promovida a 18 de Novembro pela **APOTEC** - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, subordinadas aos temas de Normas Internacionais de Contabilidade, cuja apresentação foi da responsabilidade do Dr. José Araújo, docente do ISCAL, Técnico Oficial de Contas e formador certificado.

Neste âmbito, os Técnicos Oficiais de Contas da ECAM, SA também frequentaram as sessões promovidas pela **CTOC**, que versaram a Ética e Deontologia do TOC Prestação de Contas da Administração Pública e

Consolidação de Contas e a Contabilidade Pública, realizadas no último trimestre do ano de 2008.

A nível da formação interna dos quadros profissionais da ECAM, realizou-se no dia 7 de Outubro, uma sessão ministrada pela **SAGE**, sobre os Princípios Básicos de Salários, Processamento de salários, Regime Jurídico das Férias, Feriados, Faltas e Subsídio de Natal e o Regime Jurídico da Celebração e Cessação dos Contratos de Trabalho.

Também neste contexto foram assistidas sessões de Excel avançado, promovidas a 4 e 11 de Novembro, pela **DTIM**.



Resumo das acções de formação frequentadas em 2008

Acção	Área temática	Nº horas	Datas de realização	Entidade formadora	Local da Acção	Avaliação interna	nº de form.
Interpretação da Norma ISO2001; Auditorias Internas	Qualidade	42	22-01-08 a 18-03-08	DTIM	DTIM	95%	1
Orçamento Regional e os seus impactos na Sociedade	Fiscalidade	4.0	22-01-08	AJEM	AJEM	66.67%	1
Orçamento de Estado 2008	Contabilidade/Fiscalidade	3.5	25-01-08	APCINM	Aud. do Museu de Electricidade da Madeira	33.33%	2
Seminário SAFT	Informática	3.5	28-01-08	SAGE	Hotel Quinta do Sol	68.06%	6
Encer. Contas de 2007; OE 2008	Contabilidade/Fiscalidade	8.0	08-02-08	CTOC	Madeira Tecnopolo	52.22%	5
SITOC; SAFT; Formação à Distância	Contabilidade	3.0	22-02-08	CTOC	Madeira Tecnopolo	64.58%	6
Sessão Pública de Apresentação do Barómetro Regional da Qualidade	Qualidade	3.0	22-02-08	IWM - Laboratório de Metrologia da Madeira	Madeira Tecnopolo	51.67%	1
Encer. do Excer. 2007: Questões contabilísticas, Societárias e Fiscais; OE 2008	Contabilidade/Fiscalidade	6.0	28-02-08	APOTEC - Dr. Araújo	Dir. Reg. Qualificação Profissional	71.45%	32
Esclarecimentos SAFT.PT	Contabilidade	1.0	19-03-08	Graciela Silva/ Cl's	ECAM	59.61%	31
IRS	Contabilidade/Fiscalidade	6.0	24-03-08	APOTEC - Dr. Araújo	Direcção Regional de Qualificação Profissional	79.83%	31
Esclarecimentos "Farmácias Portuguesas"	Contabilidade/Fiscalidade	2.0	05-04-08	Ass. Nacional de Farmácias	Hotel Tivoli Ocean Park	85.00%	1
A prestação de Contas	Contabilidade/Fiscalidade	6.0	14-04-08	APOTEC - Dr. Araújo	Direcção Regional de Qualificação Profissional	75.65%	32
Expomanagement	Gestão	16.0		Management Focus, SA	Espanha		2
SNC	Contabilidade/Fiscalidade	6.0	03-07-08	APOTEC	Direcção Regional de Qualificação Profissional	75.65%	33
Excel Avançado	Informática	21.0	03-07-08 a 24-07-08	DTIM	DTIM	71.67%	1
Normas Internac. de Contabilidade	Contabilidade/Fiscalidade	3.0	30-09-08	CTOC	Madeira Tecnopolo	49.00%	6
Princípios Básicos de Salários	Contabilidade/Fiscalidade	7.0	6-10-08	SAGE	Hotel Tivoli Ocean Park	79.44%	3
Processamento Salários, Regime Jurídico das Férias, Feriados, Faltas e Sub. Natal	Contabilidade/Fiscalidade	7.0	7-10-08	SAGE	Hotel Tivoli Ocean Park	79.44%	3
Regime Jurídico da Celebração e Cessação dos Contratos de Trabalho	Contabilidade/Fiscalidade	7.0	8-10-08	SAGE	Hotel Tivoli Ocean Park	79.44%	3
Ética Deontológica do TOC, Prestação de Contas da Adm. Pública	Contabilidade/Fiscalidade	8.0	20-10-08	CTOC	Madeira Tecnopolo	55.56%	3
Excel Avançado	Informática	21.0	04-11-08 a 20-11-08	DTIM	DTIM	51.67%	1
Contabilidade Pública	Contabilidade/Fiscalidade	16.0	17-11-08 a 18-11-08	CTOC	Representação da CTOC	86.67%	1
Normas Internac. de Contabilidade	Contabilidade/Fiscalidade	6.0	18-11-08	APOTEC	Representação da CTOC	75.29%	30
Consolidação de Contas	Contabilidade/Fiscalidade	16.0	10-12-08 e 11-12-08	CTOC	Representação da CTOC	46.67%	4

Dando continuidade ao plano estabelecido, a ECAM voltou a receber a visita do Prof. Marron, da **Myself Clinic**, promovendo

sessões de relaxamento em ambiente laboral, com exercícios musculares e jogos de descontração, ajudando a equipa profissional

da ECAM a prevenir o stress, trazendo momentos de descontração e boa disposição.

BREVES

Neo-mercantilismo: a solução para a crise?

Através de uma rápida consulta aos dicionários online, o neo-mercantilismo aparece como um regime de política económica que incentiva as exportações, desencoraja as importações, controla o movimento de capitais e centraliza as decisões monetárias nas mãos de uma autoridade central e tem como objectivo aumentar o nível das divisas mantidas pelo governo, permitindo uma política monetária e uma política fiscal mais eficaz.

À parte da questão da política monetária, cujos cordelinhos há muito deixámos de poder puxar sozinhos, o que em boa verdade, permitiu que o país se pudesse manter à tona, socorrido pela UE, do turbilhão financeiro que a economia mundial atravessa, a verdade é que a generalidade das características do neo-mercantilismo têm sido invocadas pela maioria dos envolvidos, quer sejam políticos ou economistas, gestores da banca ou sindicatos. As palavras de ordem têm roçado um reincidente nacionalismo económico que a Alemanha de Bismarck e os EUA de Lincoln foram exemplos, com exaltações ao perigo da globalização e ao mercado livre, precisamente aqueles que eram apátnio da garantia em termos macroeconómicos, de mercados financeiros estáveis e autonomia sobre a política monetária e sobre a mobilidade de capitais e, mais importante, de criação de emprego.

Interessa assim, perceber os efeitos deste neo-mercantilismo, sugerido ultimamente nas bancadas das assembleias e nos programas televisivos, e alimentado pelos radicalismos dos extremos políticos, por serem catalisadores fáceis de seguidores, logo de matéria-prima para a arruaça e para o distúrbio do normal funcionamento das instituições e sociedades, para gáudio das falanges anárquicas.



Chama-se “neo” em razão da mudança na ênfase do mercantilismo clássico no desenvolvimento militar, para o desenvolvimento económico, acreditando-se geralmente que essas políticas são executadas à custa de padrões de vida mais baixos do que uma economia aberta produziria e ao mesmo tempo oferecendo ao governo em questão as vantagens de ter grande autonomia e controle. China, Japão e Singapura são exemplos actuais do neo-mercantilismo mais presente.

Assim se percebem as nacionalizações dos bancos e os apoios sectoriais de biliões perpetradas um pouco por todo o Ocidente e que vêm esmagar o mercado contra o punho do poder estatal, condicionado a regeneração do tecido económico, pelas leis da evolução das espécies de Darwin, em que ao insucesso de uns, corresponde o sucesso de outros, mantendo no entanto um equilíbrio cru mas fiel dos princípios de mercado.

É certo que ao Estado, cabe o papel de monitorizar as regras de mercado, assegurando que não ocorrem desequilíbrios que o possam por em causa mas daí a que este passe também a player do mercado, parece óbvio, que o interesse de todos passará a interesse de quem está aos comandos do país, desequilibrando a balança do poder político e os ciclos eleitorais.

A História sugere que todas as potências globais que experimentaram um período de crescimento sob uma política mercantilista, seguiram-lhes um período em que estas foram benignas e focadas em promover a paz internacional e o livre comércio mas invariavelmente o destino foi o de um período de contracção e progressivamente mais instável. Será esse o nosso destino?

Sérgio Jesus



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2001



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2003



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2004



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2005



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2006



DISTINÇÃO PME MADEIRA 2007



ficha técnica

propriedade
ECAM – Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial da Madeira, SA

contactos
Avenida Arriaga, 42-B 2º andar, n.º 5
9000-064 Funchal - Madeira - Portugal
Tel: +351 291 204 660
Fax: +351 291 204 677
E-mail: geral@ecam.pt
www.ecam.pt

editor
Eduardo Jesus

projecto gráfico
ALS Design

impressão
Funxo, Lda

tiragem
1000 exemplares

periodicidade
Trimestral